

ARTIGO

**VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS E A IGREJA
CATÓLICA EM RORAIMA: ENTRE A DITADURA E A
DEMOCRACIA**

Resumo

A ditadura militar na Amazônia, ainda pouco estudada, traçou uma série de políticas econômicas para a região sem levar em consideração as populações indígenas. O presente artigo analisa os efeitos das mais variadas obras no ex-Território Federal de Roraima sobre os índios Waimiri Atroary, os macuxi, os Yanomamis, os Taurepang entre outras etnias. Por meio de periódicos locais conseguimos mostrar o alto grau de violência desencadeado sobre as populações indígenas, antes e depois ditadura, como também o envolvimento dos membros da Igreja Católica de Roraima com os povos indígenas na luta pela demarcação das terras indígenas, entre elas a Raposa Serra do Sol.

Palavras-Chave:

História; Ditadura; Índios; Roraima.

Abstract

The military dictatorship in the Amazon, still little studied, drew a series of economic policies for the region without considering indigenous people. This article analyzes the effects of various works in the former Federal Territory of Roraima on the Indians Waimiri Atroary, the Macuxi, the Yanomami, the Taurepang among other ethnicities. Through local newspapers, we were able to show the high degree of violence unleashed on indigenous peoples, before and after the dictatorship, as well as the involvement of members of the Catholic Church of Roraima with indigenous peoples in the struggle for the demarcation of indigenous lands, including the Raposa Serra do Sol.

Keywords:

History; Dictatorship; Indians; Roraima.

* Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Roraima. E-mail: jacivieira@uol.com.br

** Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Pará. E-mail: arenz@free.fr

Nos últimos anos, as telas dos cinemas brasileiros têm sido invadidas por uma avalanche de filmes cujo mote é a ditadura militar. Entre esses filmes, um dos mais recentes foi “Batismo de Sangue”, baseado na obra do escritor Frei Beto, que viveu junto com frei Tito, os horrores desse período. Essas produções cinematográficas, de bom nível, acabam levando as pessoas a pensar que a repressão ocorrida em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Belém ou em Porto Alegre pode ter sido uma imagem fiel do que ocorreu em todo o Brasil. Podemos afirmar que isso não é uma verdade consolidada, pois a repressão desencadeada do Chuí ao Caburaí teve diferenças expressivas. Entre essas diferenças estão as relativas aos povos indígenas, pouco faladas, pouco comentadas, pouca estudadas. No atual estado de Roraima, existem bairros e prédios públicos, incluindo o palácio do Executivo, moradia oficial do Governo, cujo nome é Palácio 31 de Março, homenageando e enaltecendo o regime militar como também escritores locais que fazem referências elogiosas ao período. Isto porque acabou ficando na memória coletiva uma imagem positiva do regime militar em Roraima

A Ditadura acabou fazendo inúmeras obras a partir de 1970, conforme se observou nos vários Boletins Oficiais no ex-Território. A grande obra da ponte do Rio Branco que liga Boa Vista a Bonfim e República da Guiana, a Ponte sobre o rio Mucajá e Cauamé, o surgimento das Companhias de água (CAER) e de telefonia fixa (TELAIMA) são exemplos de grandes obras. Destaque também neste período foi a autorização para construção do Banco de Roraima e uma nova Termoelétrica (CER) que passaria a fornecer energia 24 horas na cidade de Boa Vista. Não poderíamos nos esquecer do novo aeroporto internacional, o Palácio da Cultura, a Secretaria da Educação, o palácio do Governo, denominado 31 de março, além das inúmeras pontes menores como a do Surumú e dos ramais e das estradas que vão facilitar a comunicação e o comércio na região. Essas grandes e pequenas obras forjaram a ideia positiva de que a ditadura no ex-Território Federal foi extremamente benéfica, esquecendo-se de mencionar que toda essa infraestrutura proporcionou um contato mais intenso com as populações indígenas, em especial com as etnias dos Uauás, Uaimiris Atroaris, Yanomamis e os Macuxis. Essas atividades foram também exemplos concretos da colocação da DSN (Doutrina de Segurança Nacional) em prática num dos pontos mais ao extremo do país. (Martins, 2010).

Este artigo não tem o objetivo de discutir, neste exíguo espaço, os motivos que levaram os militares, boa parte deles nacionalistas, a derrubarem um governo democrático e constituírem uma ditadura militar, com o apoio da classe média e da burguesia nacional e internacional, mesmo porque já existe uma produção historiográfica que, a nosso ver, já dá conta dessa tarefa.

Porém, não podemos nos furtar de reafirmar que a abertura política vivida no Brasil de forma mais intensa no início da década de 1950, a qual nos anos seguintes conseguiu atingir um número expressivo de pessoas, precipitou o golpe de 1964. Uma pequena elite que até então havia conseguido garantir seus privilégios sentiu-se ameaçada diante dessa abertura política e do futuro que se vislumbrava para o país. Assim, subservientes aos interesses norte americanos e apoiados pela CIA, interromperam esse movimento apoiando os golpistas, acreditando que com isso, manteriam seus privilégios.

Uma das melhores descrições do sentido do golpe está contida nas palavras de Herbert de Souza, o Betinho, sociólogo anistiado em 1979:

[...] num primeiro momento o golpe paralisou, para em seguida desarticular as forças embaladas na mobilização social por um país novo, diferente, mais justo e mais livre. Era um processo que seguramente levaria o Brasil para o caminho das reformas. Não estávamos a caminho da revolução, mas da libertação. Mas aqueles setores extremamente atrasados, temendo que isto se transformasse na revolução, resolveram se unir para matar a criança ainda no útero. Foi o primeiro golpe absolutamente preventivo contra a liberalização e a democratização da sociedade brasileira. (Apud -BARROS, 1991, p.18).

Inseridos neste contexto, passamos a revisitar a história do ex-Território Federal de Roraima, onde a ditadura militar acabou vitimando diversas etnias indígenas, entre elas destacamos os Waimiri Atroaris, os Macuxi e o povo Yanomami. Nosso objetivo é perceber como sua gente viveu e sentiu esse período, em especial os povos indígenas, a medida que a ditadura acabou criando nessa região uma infra estrutura capaz de atrair, antes e depois da ditadura centenas de migrantes e garimpeiros para essa região.

O professor e antropólogo Paulo Santilli, num trabalho de grande folego, tratou de mostrar que a nova política fundiária imposta pela ditadura no ex-território, atingiu boa parte da área denominada Raposa Serra do Sol¹. Não é novidade para ninguém que os novos donos do poder não desejavam e eram contrários a reforma

¹ A área indígena Raposa/Serra do Sol fica localizada no estado de Roraima é a mais extensa de todas as áreas indígenas já homologadas. Esta área, que compreende 1.678.800 ha, estende-se, ao norte, até as vertentes meridionais do Monte Roraima; ao leste, compreende todo o curso do rio Mau ou Ireng – fronteira entre Brasil e Guiana–; ao sul, limita-se no médio curso do rio Tacutu, na confluência com os rios Surumu e Mau; e ao oeste, confina com a área São Marcos, tendo por limites os rios Surumu e Miang. Edson Soares Diniz afirma que, ao realizar sua pesquisa no ex-Território, em 1970, observou que já era comum encontrar pessoas nas áreas mais centrais de Boa Vista, que faziam questão de mostrar um ou dois índios que tinham em casa, na maioria trabalhando nas lides domésticas. DINIZ, Edson Soares. Os Índios Macuxi de Roraima. IOSP. Marília. tese 09: 1972.

agrária. Aliás, esta foi uma das principais demandas dentre as que levaram o presidente João Goulart, eleito democraticamente, a ser derrubado em 1964.

A partir do golpe de Estado de 1964, um novo projeto fundiário conservador que atendesse as oligarquias e o grande capital, voltado a diminuir as tensões do campo, mas não para resolvê-las, começa a ser desenhado. O lema passou a ser “*homens sem terra para terra sem homens*”, atribuído ao presidente Médici, cujo objetivo era ocupar os supostos “espaços vazios”, na Região Amazônica. Ele próprio cria, por decreto datado de 16 de junho de 1970, o Programa de Integração Nacional (PIN) que acabou por dar as diretrizes da ocupação da Amazônia de forma dirigida pelo Estado.

No então Território Federal de Roraima, o PIN identificou, como área prioritária para sua atuação, a região considerada como foco de conflitos mais agudos, isto é, a região de campos naturais, denominada de *lavrado* pelos nativos, que se estende a partir do alto curso do rio Branco, por ambas as margens, e por áreas banhadas por seus formadores, principalmente pela margem direita, em torno do baixo curso do rio Uiraricoera. Esta área, junto às margens do alto rio Branco e baixo curso do rio Uiraricoera foi onde incidiu primeiramente e, de modo mais concentrado, a ocupação pecuarista no vale do rio Branco a partir das últimas décadas do século XIX. Em consequência, ali, os conflitos entre índios e regionais pela posse das terras adquiriram proporções mais graves, com a expulsão maciça da população indígena de seus territórios tradicionais, causando seu confinamento progressivo nas aldeias (SANTILLI, 2001).

Uma nova geopolítica foi traçada para a Amazônia, os governantes militares conceberam, desde 1966, a chamada “Operação Amazônia”. Constituindo um conjunto de projetos, esta operação visava à implantação de uma malha de grandes eixos de comunicação e de transporte – como a *Transamazônica* que corta a floresta tropical em direção leste-oeste, a rodovia *Belém-Brasília* traçada em direção norte-sul e o traçado da BR-174, que ligou Manaus, Boa Vista e Caracas, através de um acordo internacional, cortando ao meio o território dos índios Waimiris-Atroaris². Essa

² A rodovia BR-174 é hoje a principal ligação entre Manaus e Boa Vista. Entretanto, os documentos do início da sua construção comprovam que o objetivo do governo militar era outro, ou seja, o acesso às minas de Pitinga, seguidos de interesses em fontes de energia e ocupação de uma área considerada pelo governo como “vazio demográfico”. A ditadura militar e o genocídio do povo Waimiri-Atroari. Comitê Estadual de Direito à Verdade, à memória e a justiça do Amazonas, 2014. Pitinga hoje é distrito de Presidente Figueiredo, área de exploração mineral pertencente à mineração Taboca (Grupo Parapanema). Está localizada a 320 km de Manaus, no município de Presidente Figueiredo, em área indígena Waimiri Atroari, no sentido Bom Vista RR (BR-174). Atualmente o local conta com 1 escola (Pitágoras), 1 hospital (Logos Pró saúde), 1 supermercado (COOPITINGA), 2 clubes (Pitinga Tennis Clube e Clube Uirapurú), segurança patrimonial entre outros serviços. A população atual é de aproximadamente 2.700 habitantes.

estrada era um sonho antigo de moradores da região do alto rio Branco, pois a única ligação com Manaus era o rio Branco navegável três meses ao ano.

Em 1968 o projeto da BR-174 tem início, passando um ano depois para a responsabilidade do Exército e inaugurado em 1974. Ali os índios foram diretamente atingidos na fronteira sul com Manaus. Com pouco contato com não-índios, os Waimiri-Atroari sofreram uma forte baixa demográfica, além de diminuírem a sua área em aproximadamente 75%. Em 1968, perfaziam 3.000 índios, e em 1999 eram somente 798³. Aqui não poderíamos deixar de mencionar que houve um assassinato em massa dessa população com o apoio do Governo biônico do Amazonas, Danilo Areosa. Solicitando providências, Areosa afirmava à imprensa que a estrada deveria ser construída a qualquer custo e que o índio era uma figura inútil e que deveria ser transformado em um ser útil a pátria. E prosseguia: “os silvícolas ocupam as áreas mais ricas do nosso estado, impedindo a sua exploração, com prejuízos incalculáveis para a receita nacional”. Do outro lado da linha, o governador de Roraima, Ramos Pereira da Aeronáutica afirmava: “sou de opinião que uma área rica como essa não pode se dar ao luxo de conservar meia dúzia de tribos indígenas atravancado o seu desenvolvimento”⁴. Esse desenvolvimento, ao qual se refere o governador, custou a vida de mais de 2000 índios, não existindo um nome citado nas listas dos mortos e desaparecidos da ditadura militar.

O regime militar fez uma forte intervenção no ex-Território Federal de Roraima, beneficiando-o substancialmente devido a sua localização geográfica e a situação de isolamento em que se encontrava. Essa situação dificultava, dentro da visão estratégica de defesa, a realização das Manobras de Segurança Nacional, as quais eram vistas como prioridade no governo militar. Portanto, não bastava apenas disponibilizar terras, mas era necessário criar a base necessária capaz de dar sustentação à reprodução do capital.

Os dois governos, da Amazônia e Roraima, tinham um discurso bastante afinados para abrir caminho à instalação da mineradora Taboca, do mesmo grupo da mineradora Paranapanema, após a descoberta de diversos minérios na região, que vinham sendo pesquisado desde 1944. Nessa data os Waimiri-Atroari suprimiram uma expedição de pesquisa norte americana que penetrou pelo Rio Alalalú sob o comando de militares norte americanos, nas proximidades onde a Mineração Taboca

³ Banco de dados do Programa Povos Indígenas no Brasil. Instituto Socioambiental (ISA) In: Biodiversidade Na Amazônia Brasileira. São Paulo. Ed. Estação Liberdade: Instituto Socioambiental: 2001. & Jornal Porantim. Janeiro/Fevereiro de 1984 pág.13.

⁴ SCHWADE, Egydio. Dois mil Waimiri Atroari desaparecidos na ditadura militar . Carta Capital. 22.02.2011. Pg. 13.

começou a exploração de minérios de diversos tipos (Comitê Estadual da Verdade, 2014: pag.54).

Em 1981, o presidente da República, João Figueiredo, chegou ao absurdo de desmembrar parte leste da terra indígena Waimiri-Atroari, tudo a revelia da constituição. Em 1986, depois da descoberta de Nióbio e Tântalo, essa empresa receberia do Departamento Nacional de Mineração (DNM) a concessão para explorar a área por um período de 30 anos. A Mineração Taboca permanece no local até os dias atuais, onde há minérios para serem explorados por mais cem anos. Por fim, a ditadura atingia seus objetivos de atrair mineradoras multinacionais ou não para essa região, a custas de milhares de mortes das populações indígenas⁵.

A BR-210, também conhecida como Perimetral Norte, é uma rodovia federal brasileira projetada para atender aos estados de Amazonas, Pará, Amapá e Roraima. Até hoje somente foram implantados trechos nos dois últimos estados citados.

A Perimetral Norte foi planejada no auge do desenvolvimentismo econômico do regime militar para cortar a Amazônia brasileira desde o Amapá até a fronteira colombiana no Estado do Amazonas, fazendo parte do Plano de Integração Nacional - PIN.

Em Roraima foram implantados inicialmente os trechos de São João da Baliza até Caracará e de lá até o rio Repartimento, seguindo até a Missão Catrimani. Esta última porção foi desativada no ano de 2004 devido a falta de manutenção de pontes e deslizamento de barrancos. Da Missão Catrimani a estrada foi construída até o Posto Indígena Demini, já no Estado do Amazonas.

No Amapá, foi iniciada em 1973 aproveitando os 102 quilômetros já construídos pela ICOMI para exploração da Serra do Navio, saindo de Macapá, o projeto foi suspenso em 1977 depois de 170 km construídos que hoje terminam dentro da Terra Indígena Waiãpi.

A construção da Perimetral Norte, só em Roraima cruzando a BR-174 possui hoje 411,7 quilômetros abertos, saindo do rio Jatapu à Missão Catrimani. Todo este trecho encontra-se asfaltado, embora muitos segmentos em estado crítico de conservação. Conecta as cidades de Caroebe, São João da Baliza, São Luiz e Caracará, além de diversas vilas.[3] No seu trajeto roraimense intercepta as federais BR-174 e

⁵ A mineração Taboca foi fundada em 1969 e atua na mineração e metalurgia de estanho e minerais industriais. É uma das poucas empresas, ativas no mercado mundial de estanho, a possuir mina própria, sendo a Mina de Pitinga, localizada na Região Amazônica, uma das mais ricas do mundo, com longevidade estimada em 100 anos.

BR-432, as estaduais RR-460 e RR-344, além de diversas estradas vicinais de administração municipal .

A Perimetral Norte estabeleceu um contato permanente entre os operários da construção e os índios Yanomami, desencadeando surtos epidêmicos e também uma significativa baixa demográfica entre outras etnias, já que a estrada cortou as bacias dos rios Alalaú, Uraricoera, Catrimani e o Contigo, alcançando a fronteira da ex-Guiana Inglesa. Segundo a antropóloga Alcida Rita Ramos (RAMOS, 2005: pag.80), o efeito foi devastador para os Yanomami. Quatro aldeias do vale do Rio Ajanari perderam 22% de sua população entre 1973 e 1975. Outras quatro aldeias do vale do Rio Catrimani perderam 50% de sua população em 1978. Essa estrada, posteriormente, facilitou a construção de pistas de pouso clandestinas e uma forte entrada de garimpeiros, calculada pela Polícia Federal, em torno de 40.000 homens na região norte de Roraima, intensificando ainda mais o genocídio no final da década de 1980 e início dos anos 1990.

A construção de estradas, pontes de grande extensão, do aeroporto internacional, e das companhias de energia elétrica e telefonia fixa em Boa Vista, capital do ex-território, acabou por atrair um número significativo de empresários, migrantes, pessoas ligadas ao setor agropecuário que ocupariam a terra indígena Raposa Serra Sol (Figura 2).

Aqui fazemos um destaque para os grandes e pequenos pecuaristas e principalmente os rizicultores. Estes últimos afirmam ter chegado à região por volta de 1970 com promessas de riquezas da ditadura militar, ocupando áreas indígenas e alargando seus domínios quando passaram a comprar de má-fé posses de antigos fazendeiros. Em 2010 estavam localizados numa área de mais de 100 mil hectares, com uma produção de 320 mil toneladas de arroz irrigado anualmente, representado 5% do arroz produzido no país, mais de 30 mil cabeças de gado e três mil hectares de plantação de soja. Estavam na melhor área da região⁶.

⁶ Somente na área cultivada por Paulo César Quartiero era de mais de 400 hectares de arroz irrigado. Quando foi retirado da área havia em torno de 50 mil sacas de arroz para serem colhidas. Os dados sobre essa produção acabam se contradizendo a medida que divulgar uma grande produção, principalmente a partir de 2005, época da homologação em área contínua, significava mais elementos para os rizicultores, estabelecidos nessa região poder contestar no Supremo Tribunal Federal.

Figura 1: Localização do estado de Roraima.



Fonte: guianet.com.br/rr/maparr.htm

Figura 2: Terra Indígena Raposa Serra do Sol.



Fonte: Instituto Sócio Ambiental (ISA), 2005

No mapa (figura 2) acima podemos verificar as fazendas, destacadas em rosa, que se estabeleceram dentro desse novo projeto de ocupar os denominados “espaços vazios”. Outro foco de incentivo à migração veio do garimpo, com a descoberta de grande quantidade de cassiterita, ouro e diamante ao norte de Roraima, em áreas indígenas, localizadas principalmente nas fronteiras entre o Brasil e a Venezuela. Estima-se que nesse período mais de 40.000 garimpeiros tenham chegado à região na década de 1980, à procura do Eldorado. Para se ter uma ideia, no auge do garimpo, no Aeroporto Internacional de Boa Vista, havia um maior volume de pequenas aeronaves aterrissando e decolando do que no Aeroporto Internacional de Congonhas em São Paulo⁷.

A consequência dessa nova política não foi só fundiária, mas de orçamento para a Amazônia, e especificamente para o ex-Território Federal. Na década de oitenta, proporcionou um forte crescimento populacional em função de incentivos dados por prefeitos dos novos municípios, políticos da região e em grande parte, por governadores, principalmente depois da ditadura que, usavam como mote a farta distribuição de grandes lotes de terras e a promessa de financiamento agrícola pelos bancos estatais.

Esse ritmo acelerado na infraestrutura em direção das fronteiras deixava claro o objetivo maior, facilitar as manobras militares em relação a “Segurança Nacional” e em segundo lugar incentivar a migração. Essas duas expressões estiveram sempre presentes no discurso ideológico do governo e que agora estava em fase de concretização.

Documentos analisados e escritos pelas lideranças, como um ofício datado de dezembro de 1969, indicam o alto grau de ocupação das áreas indígenas no final do anos setenta de garimpeiros e fazendeiros na área indígena Raposa Serra do Sol.

[...] resolvemos dirigir a V. Excia., no sentido de solicitar que sejam organizados os nossos garimpos de diamante, com o fim de evitar a exploração do garimpeiro branco, que nos cobra a metade do que colhemos e ainda somos obrigados a pagar caro a alimentação. Com isto, nunca podemos organizar nossa vida econômica nem social Outrossim necessitamos de arame farpado e grampos para proteger nossas roças do gado dos fazendeiros invasores de nossas terras... (OFÍCIO, 1969. Documentos dispersos no Arquivo da Diocese de Roraima).

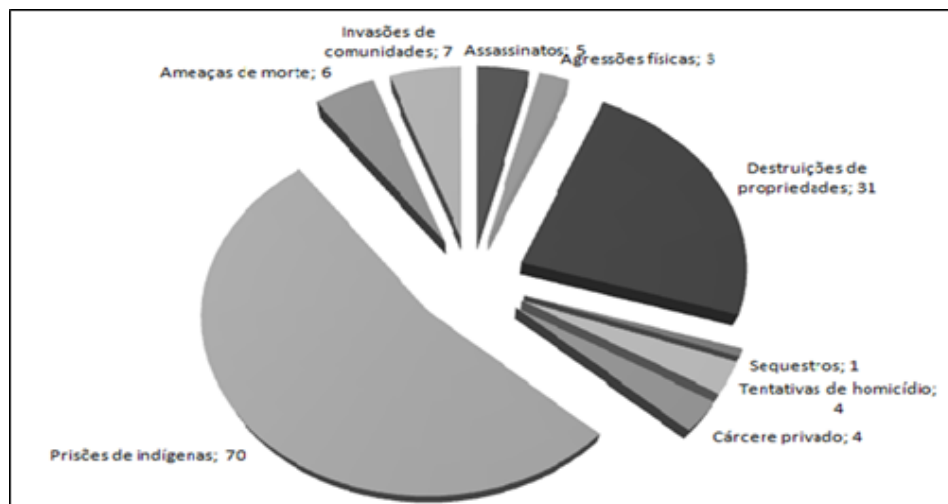
⁷ Dois voos, por dia, ligavam Boa Vista a Manaus, Brasília e São Paulo. Apesar do comércio do ouro estar proibido neste período apareceu varias lojas onde se comprava ouro, a rua passou a ser denominada de rua do ouro.

Do processo de violência contra os povos indígenas participaram não só os invasores das terras indígenas, como garimpeiros e fazendeiros, mas órgãos e instituições públicas como a Polícia Civil e Militar, como também uma personagem nova, as Forças Armadas, especificamente o Exército Brasileiro, que numa ação desastrosa, já em plena democracia, acabou comprometendo-se na defesa dos interesses da elite local.

A pergunta que nos fazemos é: quais foram os reflexos e desdobramentos da política da Ditadura na Amazônia, em especial, em Roraima?

E uma das respostas seria a manutenção de práticas como a destruição de propriedades, prisões ilegais, invasões de comunidades indígenas, sequestros e cárcere privado. O que mais salta aos olhos no gráfico I, por exemplo, é o excessivo número de prisões. Levando em conta somente os casos noticiados nos jornais locais temos 70 índios presos. Outro dado é o número de assassinatos, são 5 ocorrências. As destruições de propriedades foram intensas, chegando ao total de 31 episódios.

Gráfico 1: Violência contra as etnias indígenas: 1980 a 1989



Observando os dados da pesquisa, pode-se verificar que os processos violentos contra os povos indígenas cresceram gradativamente ao longo da luta pela demarcação e homologação da Raposa Serra do Sol em área contínua, abrangendo uma ampla gama de ações que vão da destruição de casas, roças e a agressões físicas a atentados contra a vida dos indígenas, mortes, estupros, formas de violência “mais

visíveis”, até ameaças e outros tipos de violências mais difíceis de serem percebidas. (VIEIRA, 2010: pag. 142)

Passados sete anos da redemocratização, os meses de setembro a dezembro de 1992 foram crivados de conflitos na área indígena Raposa serra do Sol. Nesse período surge um fato inédito, a presença de soldados do Exército brasileiro no dia 02/09/1992 na comunidade do Maturuca. Segundo relatos dos índios, neste dia, mais de 40 soldados e oficiais prenderam o índio Amadeus, sem qualquer justificativa, que posteriormente foi entregue a Polícia Federal em Boa Vista. Ainda de acordo com os índios, os soldados estavam a procura do padre Jorge, assim arrombaram a porta da missão católica, os barracões onde estava a merenda escolar, o local onde ficava os equipamentos de energia, desligaram o sistema de comunicações e terminaram por levar pastas contendo documentos da missão. Existe uma forte evidência de que o grande objetivo dessa operação fosse prender o padre Italiano Jorge dal Bem ligado a diocese de Roraima que não foi encontrado. Para fazendeiros, entre eles Water Woguel, dono de aproximadamente 30% da área urbana e rural de Boa Vista, Jorge seria um dos grandes responsáveis pelos conflitos na região (JORNAL I Diário de Roraima. 03-09-1992).

Segundo relatório feito pelas populações indígenas sobre dois crimes ocorridos na maloca do Napoleão, próximo a Normandia, em maio de 1994: O índio Bento Sampaio de 72 anos foi assassinado e em seguida, sua esposa, Irlene foi estuprada. O autor dos crimes, Rodinei Cezar da Silva, assassino confesso, é trabalhador da fazenda Vitória, de propriedade de José Saraiva. Segundo o relatório dirigido às autoridades locais, os próprios índios apontam que há indícios claros do mandante do crime ter sido o próprio dono da fazenda Vitória, fazenda essa que estava localizada a apenas dois quilômetros da comunidade. Esse e vários outros crimes contra índios acabam por ficar impune na região⁸.

Irlene relata ao tuxaua Adriano, da comunidade Napoleão, que presenciou a saída do marido com o trabalhador da fazenda. Algumas horas depois, o assassino voltou onde se encontrava a mulher sozinha quando entrou e iniciou os espancamentos. Irlene não queria se entregar, ocasião em que o assassino puxou uma faca e foi logo afirmando: “Se você não se entregar vou te matar, como matei teu marido. Porque eu vim contratado para matar pelo José Saraiva”. Com medo de morrer se entregou, sofrendo todas as mazelas da violência sexual a que estão sujeitas as centenas de mulheres indígenas da região⁹.

⁸ Relatório vindo da comunidade de Napoleão, Normandia 02 de junho de 1994.

⁹ Idem

Organização da resistência

Foi a partir do acirramento da disputa pelo controle das terras indígenas em Roraima, somado ao fato das relações capitalistas estarem mais definidas, no final da década de 1960, que passamos a verificar com mais intensidade o aumento da violência contra os povos indígenas, em especial, a etnia Macuxi na terra indígena Raposa Serra do Sol. Porém, a história não tem uma única mão. Também é verdade que foi o próprio aumento da violência que levou boa parte dos povos indígenas, especialmente, os moradores das serras, onde a Igreja católica possuía maior influência, a iniciar um processo de organização política e resistência nos moldes dos não índios, auxiliados por essa Igreja no período da ditadura militar.

O pontapé para o movimento aconteceu durante o primeiro encontro dos indígenas da região, em julho de 1970, do qual participaram cerca de 70 indígenas das etnias Macuxi e Wapichana. Durante o encontro, um indígena se destacou como grande líder era o tuxaua Gabriel, que na época contou com o apoio de líderes de outras sete malocas que teve papel fundamental na luta pela homologação da terra. Como resultado desse encontro, nasceram também as Assembleias Gerais dos Tuxauas, que começaram em fevereiro de 1971 e perduram até hoje (Jornal Porantim, 2014).

A situação a que ficaram sujeitos os índios da região, a dizimação de que eram vítimas era tão evidente, que uma nova base missionária já não podia compactuar com aquela situação, passando a fazer oposição sistemática aos militares que tiveram somente uma preocupação: “ocupar o vazio da região amazônica”. Muitos missionários da Igreja Católica adotaram uma política voltada para os povos indígenas, abrindo mão definitivamente da catequese da desobriga e construindo um projeto político audacioso e criterioso junto a essas populações.

A elite de Roraima parecia ter acordado para um fato novo, a partir do final da década de 60, ao se deparar com as primeiras reuniões realizadas na Missão do Surumu. Essas reuniões contavam com a participação das diversas etnias indígenas do Território. Era o embrião de uma organização maior dos próprios índios, assessorados pela Igreja, para defender seus interesses e constituía parte do projeto levado adiante pelas bases missionárias, que posteriormente fora assumido pelo Conselho Indígena Missionário (CIMI).

Em Roraima, a organização política das comunidades indígenas era um fato inédito. Uma ruptura que mais tarde provocaria uma forte alteração na correlação de forças, especialmente, no processo de reconhecimento das terras indígenas. Os

fazendeiros, ao longo de muitas décadas, haviam se acostumado a enfrentar os problemas com as populações indígenas de três formas: por meio da cooptação de suas lideranças; pela força, que, na maior parte das vezes, terminava com a eliminação dos índios e tomada das suas terras; e por meio de acordos que sempre beneficiavam os fazendeiros, tendo como árbitro o administrador do órgão indigenista local do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) ou da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Nas primeiras assembleias, e nas reuniões por região, os índios passaram a demonstrar um grau de organização que não se limitava a falar mal de fazendeiros, derrubar cercas das fazendas ou matar o gado que por ventura fosse encontrada rondando as suas roças ou perdido no interior das suas comunidades. Sendo assessorados pelos missionários, superaram essa fase, passando, a exigir das autoridades federais a demarcação de suas terras. Além disso, passaram a fazer críticas à FUNAI e reivindicações por escrito foram feitas, por meio de cartas e abaixo assinados. Para as lideranças indígenas, a FUNAI estava completamente desacreditada, uma vez que estava a serviço dos fazendeiros, não impedindo que estes invadissem as suas terras (VIEIRA, 2007).

Vamos procurar o nosso direito com o nosso chefe, que manda e desmanda em nós? eu pergunto assim porque ninguém sabe quem manda em nós. Tem a FUNAI, pra que essa FUNAI, é para ajudar índio ou civilizado? Eu pergunto porque está ajudando mais civilizado, está sendo mais para branco do que para o índio.

Está dando o nosso terreno para o branco e mesmo está tudo cercado por ordem da FUNAI, está dando o arame farpado para os criadores cercar o terreno dos próprios índios. Foi a FUNAI que disse para o Tuxaua que o fazendeiro podia correr o seu cercado porque a FUNAI vai dar o arame ao fazendeiro. A FUNAI deixou de apoiar o Tuxaua para apoiar o fazendeiro. Agora nós queremos saber se a FUNAI está cumprindo com seus deveres, mas para o índio a FUNAI está errada¹⁰.

Podemos até afirmar que as primeiras reuniões e assembleias, aos poucos foram amadurecendo uma consciência crítica, para então combater os privilégios das velhas estruturas autoritárias e burocráticas, enraizadas no ex-território de Roraima. Iniciava-se assim, um processo sem volta. As etnias indígenas começavam a mostrar que eram capazes de construir um movimento organizado que ao longo desses anos vem conquistando espaço político e ameaçando os diversos interesses dos grupos econômicos locais.

¹⁰ Os Tuxauas Silenciados. Boletim do CIMI. Ano 06-34 – Brasília., Janeiro/ Fevereiro de 1977.

Em julho 1970, no inverno, quando os rios estavam cheios, o que facilitaria o deslocamento para Boa Vista, surge a primeira assembleia de tuxauas, convocada pela prelazia. Nesta reunião, que reuniu 70 lideranças, foram discutidas quatro questões de suma importância: o alcoolismo nas comunidades; a degradação do índio; as falhas dos missionários; e, pela primeira vez, se discute politicamente, a questão da invasão das terras pelos fazendeiros que já era intensa nesse período.

Padre Jorge descreve a emoção de encontrar seus novos companheiros de luta no Surumú a 60 km de Boa Vista:

Na ocasião fui ao encontro do grupo do tuxaua Gabriel que vinha da maloca da Raposa. Lembro-me bem da emoção que sentida ao chegar a uma cabana sobre o rio Tacutu na cheia, quando de pé na proa do barco, depois e um dia e meio de viagem no rio entrevi o luso-fusco, o burburinho da gente. Avisara-nos pelo rádio. Temia porém que não viessem ao nosso encontro. Tinham vindo a pé de noite da Raposa e estavam apenas chegando com carro de boi carregado de farinha de mandioca, coco e banana para contribuir com as despesas da reunião. Naquela momento tive a sensação clara de que alguma coisa de novo estava surgindo (JORGE, 1985: 08).

O Padre Jorge tinha razão, algo de novo estava para acontecer em Roraima, como no restante do Brasil, os processos de ocupação cada vez mais violenta das terras indígenas, o aumento do latifúndio em meio a relevantes transformações econômicas e políticas – como a ditadura militar e os projetos que excluíam os povos indígenas – trouxeram para a linha de frente as tensões sociais e políticas para uma população não apenas numerosa, mas participativa, que se lançava ao um processo sem volta de organização, passando a ensaiar as suas primeiras assembleias e seus primeiros movimentos de rua, fazendo suas primeiras reivindicações pela demarcação de suas terras e protestos no início dos anos de 1970.

Nessa primeira reunião, destacou-se como uma das grandes lideranças o tuxaua Gabriel Viriato, que na ocasião propôs uma reunião ampliada a cada ano, nascendo assim a Primeira Assembleia dos Povos Indígenas de Roraima em 1971. Outra proposta importante saída dessa reunião foi a criação de uma cooperativa, proposta feita pelo padre Jorge, que acabou ganhado adesão dos povos indígenas das serras. Nascia assim o projeto da Cantina que funcionou por mais de uma década em diversas comunidades da Raposa Serra do Sol.

Não encontramos documentos referentes as assembleias de 1971 a 1976. Porém já em 1977, sob o Bispado de D. Aldo Mogiano, foi realizada na Missão São José, na Vila Surumu VII assembleia dos povos indígenas de 7 a 9 de janeiro. Esse foi um

dos maiores encontros já registrados e, que contou com a participação de 140 índios de diversas comunidades, principalmente das etnias Macuxí, Wapixana e Taurepang, sendo 50 desses, Tuxauas. Ali, entre iguais, continuaram se reunindo para discutir seus problemas de forma conjunta, especialmente os fundiários. Atenta-se aqui para o número expressivo de participantes, o que em si já demonstra o grau de influência e o poder de mobilização que a Igreja Católica havia conseguido ter sobre as populações indígenas:

Foto 1: Participantes da I Assembléia indígena - janeiro de 1977 em Roraima.



Foto: Antônio Carlos Moura (CIMI)

As primeiras reuniões, que evoluíram posteriormente para Assembleias, foram coordenadas pelos próprios missionários. Seguiam uma metodologia que procurou reservar o maior espaço possível às lideranças, pois a primeira atividade prática consistia exatamente na apresentação dos tuxauas, para que esses expusessem os problemas e as angústias das suas comunidades da forma que desejassem, em sua língua materna ou em português. O coordenador, auxiliado por um secretário, também missionário, teve sempre o cuidado de anotar todas as falas, como também de dar a oportunidade para que todos, sem exceção, pudessem fazer o uso da palavra, mesmo que uns falassem mais e outros falassem menos:

[...] naquele dia, 7 de janeiro, ganharam coragem, fizeram um relatório, falaram mais de quarenta lideranças, e sempre contavam a mesma história, era a cidade que reprimia, o fazendeiro, era o policial, era também o garimpeiro, que naquele período era pouco é verdade. Como pude perceber daquelas falas vivíamos aqui uma situação tipicamente colonial. O que o índio fazia ou produzia era somente a favor do branco. O índio tinha que trabalhar para o fazendeiro [...] Finalmente havíamos encontrado quem eram os oprimidos em Roraima (MOGIANO, 1996).

Na segunda parte da assembleia outro espaço era reservado somente para os índios. Era então o momento em que eles construíam e encaminhavam propostas, tomando decisões para a solução de seus problemas, já previamente apresentados e discutidos entre eles.

O objetivo, afirmava D. Aldo, era intervir o mínimo possível e, dessa forma, levar os índios a refletirem, a tomarem consciência da necessidade de que eles próprios teriam que assumir a luta pela sua sobrevivência física e cultural e que conseguissem sair da situação, do tipo colonial, existente.

No dia marcado para o início da I Assembleia dos Povos Indígenas de Roraima, a primeira parte ocorreu com tranqüilidade, todas as lideranças tiveram oportunidade de relatar os seus problemas. No segundo dia de trabalho, quando seriam encaminhadas as propostas do movimento com suas principais reivindicações, a FUNAI, auxiliada pela Polícia Federal, interrompeu a Assembleia sob a justificativa da presença de D. Thomás Balduino, convidado especial de D. Aldo, presidente do CIMI e Bispo de Goiás. A FUNAI impunha como condição, para a continuidade da Assembleia, a retirada de D. Balduino, o que mostra que as relações entre os militares e parte da igreja católica, especialmente os religiosos ligados aos movimentos sociais, não iam bem.

Foi no contexto de assassinatos, destruição de retiros, estupros. carcere privado, destruição de casas, etc. que muitos índios, organizados no então Conselho Indígena de Roraima (CIR), passaram a não prestar serviços aos maiores fazendeiros da região como: Quartiero, Itikaua, Faccio, entre outros. Todos estes eram fazendeiros contrários à demarcação de terras, em especial em áreas contínuas, proposta que começou a prevalecer a partir das primeiras assembleias em meados dos anos de 1970. Em outras palavras, os índios não estavam dispostos a serem vendedores da própria força de trabalho em suas próprias terras.

Este foi o início do processo organizado de luta dos povos indígenas da região. Através de inúmeras reuniões, sempre sujeita a intervenção policial, foram sendo montadas estratégias e organizações. De maneira coletiva e horizontal, foram re-

alizadas assembleias que buscaram projetos econômico alternativos de auto sustentação como o voltado para a criação do gado através das comunidades indígenas, o já citado projeto Cantina dentre outros. Lutas que foram sendo construídas durante a ditadura militar e que, infelizmente, ainda hoje são necessárias.

Recebido em outubro de 2014, aprovado em fevereiro de 2015.

Referências Bibliográficas

BORGES FILHO, Nilson. O Estado e Militarização: as políticas militares como aparelhos repressivos de Estado. Florianópolis: 1989. Tese de Doutorado na Universidade Federal de Santa Catarina.

MARTINS, Elisângela. Memórias do Regime Militar em Roraima. Dissertação de Mestrado defendida no programa de Pós-Graduação da UFAM .Manaus , 2010. Uma discussão da memoria foi muito bem elaborada no segundo capítulo desse trabalho.

RAMOS, Alcida Rita. Memórias Sanumá. Citado In: Victor Leonardi. Fronteiras Amazônicas do Brasil Saúde e História Social. Brasília, ed. Pararelo 15; São Paulo; marco Zero.2003. pág. 80.

SANTILLI, Paulo José Brando. Uso da Terra: Fusos da Lei. Antropologia e direitos humanos – Prêmio ABA/FORD/ Regina Reyes Novaes/Roberto Kant de Lima (Organizadores) — Niterói: Ed. UFF, 2001.

VIEIRA, Jaci Guilherme. A homologação da terra indígena Raposa Serra do Sol e a violência contra os povos indígenas. Brasília. Revista Universidade e Sociedade, nº 46 pag. 142, 2010.

VIEIRA, J. G. Missionários, fazendeiros e índios em Roraima: a disputa pela terra – 1777 a 1980. Boa Vista: Editora UFRR, 2007.

Jornais, revistas e outras fontes

A ditadura militar e o genocídio do povo Waimiri-Atroari. Comitê Estadual de Direito á Verdade, á memoria e a justiça do Amazonas. – Campinas, SP: Crt Nimuendajú, 2014. Pag. 54, 2014.

Banco de dados do Programa Povos Indígenas no Brasil. Instituto Socioambiental (ISA) In: Biodiversidade Na Amazônia Brasileira. São Paulo. Ed. Estação Liberdade: Instituto Socioambiental e Jornal Porantim, 2001.

Entrevista com D. Aldo Mogiano, Bispo de Roraima.Boa Vista 28 de Agosto de 1996.

Jornal Diário de Roraima. 03-09-1992

Jornal Porantim, Ano XXXIII N° 324. Brasília DF. Abril de 2010. Pag. 04. Arquivo do autor.

Ofício dos Tuxauas, endereçados a Funai reunidos em Boa Vista em 04/12/1969. Arquivo do Museu do Índio. Rio de Janeiro. Microfilme 406.

SCHWADE, Egydio. Dois mil Wamiri Atroari desaparecidos na ditadura militar . Carta Capital. 22.02.2011. Pg. 13.